

PRESIDENTE LULA FAZ SUAS PRIMEIRAS NOMEAÇÕES PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

por Dr. Antonio G. Moreira Maúes

Com a aposentadoria compulsória dos Ministros Moreira Alves, Sydney Sanches e Ilmar Galvão, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a oportunidade de nomear, logo no começo de seu mandato, três Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte de justiça do país, criada em 1891.

Inspirada no modelo norte-americano, a Constituição brasileira estabelece que os Ministros do STF são nomeados em caráter vitalício pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, que costuma acolher a indicação do Presidente.

Isso não diminuiu a relevância das primeiras nomeações de Lula. A Constituição de 1988 atribuiu ao STF “a guarda da Constituição”, ampliando sua competência no campo do controle concentrado de constitucionalidade ao criar, com ampla legitimidade ativa, a ação direta de inconstitucionalidade. No entanto, ao ser promulgada a nova Constituição, ainda faziam parte do STF vários Ministros nomeados durante a ditadura militar (1964-1985) e, somente agora, os dois últimos Ministros remanescentes desse período, Moreira Alves e Sydney Sanches, deixaram suas funções.

A lentidão na renovação do STF é um dos fatores que explicam o papel limitado que o Tribunal vem cumprindo na defesa da Constituição. Em muitos temas sensíveis relativos aos direitos fundamentais e à divisão de poderes, o tribunal decidiu manter a jurisprudência firmada sob a Constituição de 1967, que, tendo sido imposta pelo regime militar, não possuía o fundamento democrático da atual.

Assim, nos últimos quinze anos, houve vários casos em que os órgãos judiciais inferiores tendiam a declarar inconstitucionais, pela via do controle difuso de constitucionalidade, normas que o STF julgava de acordo com a Constituição. A insegurança jurídica provocada por essa situação, bem como a necessidade do Governo conter decisões judiciais contrárias aos seus interesses, levou à criação de novos mecanismos para obrigar os demais tribunais a seguirem a jurisprudência do STF.

Não obstante, essas inovações não lograram por fim às divergências. Boa parte das críticas ao STF se dirigem menos à ampliação de suas competências e mais ao modo como ele as exerce, considerado pouco independente dos interesses do Governo. Isso demonstra que a composição do STF expressa de modo insuficiente o pluralismo existente na sociedade brasileira, havendo o predomínio de uma visão conservadora no Tribunal. Assim, a nomeação de Ministros por um governo de centro-esquerda pode ampliar a presença desse pluralismo, contribuindo para que o STF exerça adequadamente suas funções de controle.

O perfil dos novos juízes indica esse caminho. Carlos Ayres de Britto, 60 anos, é advogado, doutor em direito e professor de direito constitucional da Universidade Federal de Sergipe. Apesar de haver sido filiado durante muitos anos ao Partido dos Trabalhadores, a nomeação de Carlos Ayres foi justificada pela sua produção intelectual

no campo do direito público, no qual é reconhecido como um dos mais competentes juristas do país.

Joaquim Benedito Barbosa Gomes, 48 anos, é Procurador da República e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor pela Universidade de Paris-2, é conhecido por seus estudos sobre as ações afirmativas. Sua nomeação teve importante carga simbólica, já que se tornou o primeiro negro a compor o STF.

Antonio Cezar Peluso, 60 anos, é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde destacou-se como diretor da Escola Paulista de Magistratura e criador dos Centros Integrados de Cidadania, voltados para facilitar o acesso à justiça. Sendo o Estado de São Paulo o mais importante da Federação, tradicionalmente um dos membros de seu Tribunal de Justiça compõe o STF, como ocorreu com o Ministro Sydney Sanches.

Cabe destacar ainda que as escolhas do Presidente Lula recaíram sobre membros de diferentes carreiras, o que contribuiu para que fossem bem recebidas pela comunidade jurídica. No decorrer de seu mandato, Lula irá nomear ainda mais dois Ministros do STF, o que lhe confere o poder de indicar quase a maioria do tribunal, que é composto por 11 juízes.